23. HISTORIOGRAFIA E HISTORIOSOFIA

A OBRA DE JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA DIAS (1916-1994)

José Esteves Pereira

CHAM/FCSH/ Universidade Nova de Lisboa

jep@fcsb.unl.pt –

Data de recepção: 02/12/2017

Data de aprovação: 01/02/2018

Resumo:

José Sebastião da Silva Dias (1916-1994), ativo intelectual católico na década de 40, foi ideologicamente afim do Integralismo Lusitano e de um humanismo cristão em que Maritain, Mounier e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) são algumas das referências ideológicas. A partir de 1948, desenvolverá uma importante obra historiográfica em que Dilthey e, sobretudo, Rickert são autores de confessada referência. Na década de 60, prestará atenção à Gramsci, à Luckacs e à Escola de Frankfurt enquanto sugestões para a compreensão da história e do seu acontecer. No âmbito da sua extensa e inovadora obra historiográfica o sentido globalizante, inter e transdisciplinar, está presente num horizonte que virá a definir-se como historiosófico e perpassa em obras como *Portugal e a Cultura Europeia* (1952), *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal* (1960), *A Política Cultural de D. João III* (1969), *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI* (1973), *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal* (1980) (1982) e *Pombalismo e Projeto Político* (1984) entre outras.

Palavras-chave: Silva Dias; Pensamento Católico; História da Cultura; História das Ideias; Historiosofia.

1. Considerações iniciais

José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) começou por se afirmar, enquanto estudante de Direito na Universidade de Coimbra, um ativo intelectual católico, tendo pertencido ao Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), onde desempenhou o cargo de Presidente entre 1939 e 1941. Em Lisboa inicia, a partir de 1942, a sua atividade profissional dedicando-se, intensamente, ao jornalismo no *Novidades* e *A Voz*. São dessa época as suas primeiras obras versando temas de atualidade, de doutrinação espiritual católica e de índole social anterior à sua importante e decisiva obra historiográfica. Mas pode se dizer que a vertente sociocultural estará sempre presente na sua meditação subsequente sobre a temporalidade histórica. A matriz de humanismo cristão que o acompanhará muito tem a ver com o espírito das obras de Roger Martin du Gard (1881-1958), Julien Green (1900-1998), Georges Bernanos (1888-1948), Alceu de Amoroso Lima/Tristão de Ataíde (1893-1983), com quem se correspondeu por carta, Jacques Maritain (1892-1973), Emmanuel Mounier (1905-1950), entre outras e da revista *Esprit*.

2. A contribuição de Silva Dias para pensar a historiografia lusitana

Silva Dias, ideologicamente afim do Integralismo Lusitano na sua juventude, virá a sentir-se identificado, por fim, com o socialismo democrático embora nunca tenha assumido qualquer filiação partidária. O historiador e filósofo, que virá a construir uma sólida e pensada obra de história das ideias não se nos apresenta, porém, até aos princípios da década de 50, como já

referi, mediante uma propensão historiográfica significativa. Pelo contrário, até subalternizava o valor da história e apontava para um correlato abuso historicista:

A faina histórica pode carrear, e efetivamente carreia, materiais mais ou menos abundantes para a elaboração de um *pensamento* sobre o homem. Mas como dos factos, isolados na sua secura, não pode inferir-se o seu valor e dos “casos” particulares, não pode derivar-se a essência, a história, por si mesma nada explica” (...) “a história fornece os dados, a tessitura que o historiador – filósofo vai articular em quadros de síntese ou de análise (DIAS, 1943, p.131).

Sobre o *historicismo*, teria ocasião de citar Tristão de Ataíde:

Como afirmou Tristão de Ataíde na Introdução à Economia Moderna: O sociologismo é o abuso da sociologia, da mesma forma que o *historicismo* é o abuso da história, o eugenismo o abuso da eugenia, o cientismo o abuso da ciência, e assim por diante (DIAS, 1943, p.137).

O seu terreno era, então, o do combate pelas ideias que defendia e que viriam a ter, em muitos casos, contornos polémicos. Dessa fase inicial, temos que reter um texto referencial publicado em *Ação* intitulado *Toque de Clarim* a que se seguem outros escritos, devendo destacar-se, os livros *Escândalo da Verdade* (1943), *O Problema da Europa* (1945), a tradução do *Código Social de Malines* do Cardeal Mercier (com um extenso e brilhante estudo introdutório), a seleção antológica de textos de Balmes e Maeztu e *Responsabilidades Sociais* (1952).

Nos últimos anos da década de 40, porém, Silva Dias já estava a dedicar-se a investigação minuciosa e refletida que teria como resultado o longo artigo *Portugal e a Cultura Europeia* (p.20-498), inserido no volume XXVIII da revista *Biblos* (1952) que veio a ser depois publicado em livro autônomo.

Silva Dias, desde os primórdios da sua reflexão ensaística, e ao longo da sua obra historiográfica, confrontar-se-ia com inúmeras correntes de pensamento. Como se pode verificar nos textos de forte intenção interventiva e polémica das décadas de 40 e 50, que justificariam, por si só, um estudo específico, o historiador-filósofo incorporaria, desde a primeira hora, uma preocupação culturalista em que está presente a consonância com as ideias de Wilhelm Dilthey (1833-1911) - concordando com este “que a filosofia, além do pensamento, é uma função peculiar da vida” (DIAS, 1945, p.164) - e, sobretudo, com o pensamento de Heinrich Rickert (1863-1936) num horizonte integrador da *Kulturwissenschaften* e das *Naturwissenschaften*:

A unidade do ser não exclui a sua pluralidade como equivocadamente supuseram os monistas, identificando unidade com *simplicidade*. E o fato de” (...)” o Ser possuir uma *face quantitativa*, objeto das ciências da natureza, das *Naturwissenschaften* segundo a classificação de Rickert, não significa que não possua, também, uma *face qualitativa*, objeto das *Kulturwissenschaften* (DIAS, 1945, p.59).

Em entrevista que viria a conceder, em 1985, recordava a importância de Rickert, desde cedo, para a estruturação teórica da sua obra historiográfica:

Vem de longe o meu interesse pela cientificidade dos saberes culturais. O seu primeiro aceno no meu espírito remonta a 1939-1940, quando com os meus 23 anos, era quartanista de Direito e me destinava à advocacia outro destino me esperava entretanto. Em Janeiro de 1942 vim para Lisboa como jornalista. Nos dois anos seguintes aprofundi a minha reflexão epistemológica, e em 1945, no prefácio do meu discutido livro *O Problema da Europa* abordei pela primeira vez em público, apoiado em Rickert, uma nova mas frágil

percepção da cientificidade de saberes compreensivo-comunicativos (DIAS, 1993, p.245).

Mais tarde, prestará atenção às correntes marxianas numa perspectiva crítica, mobilizada essencialmente para o acesso hermenêutico ao real histórico e ao lugar da história no campo da cientificidade que lhe cabe. Cumpre dizer que o significativo conhecimento de Marx e do marxismo, por parte de Silva Dias, verifica-se ao longo da sua obra *O Problema da Europa* (1945), então numa atitude ideológica radical nos antípodas do autor de *O Capital*, do marxismo e do comunismo, uma das “heresias modernas e totalitárias”, como afirmava em *Escândalo da Verdade* (1943). Vinte anos depois o posicionamento era, confessadamente diferente, embora com reservas ideológicas persistentes:

Durante os anos sessenta andei às voltas com as leituras marxianas de Gramsci e Luckacs. Descobri em simultâneo, a escola de Frankfurt. Acima de tudo, refleti intensamente sobre a minha experiência e consciência do real histórico e na possibilidade de acesso dos saberes culturais a qualificação de ciências rigorosas “(...) “Posso dizer que nos anos setenta eu estava alicerçado na ideia de que o saber preciso, concreto e rigoroso, que por quase três séculos foi apanágio das ciências “exatas” era agora comum, por outros meios e outros métodos, às ciências compreensivo-comunicativas” (DIAS, 1993, p.245-246).

Sobre as incidências de Karl Marx (1818-1883), de György Luckacs (1885-1971) e Antonio Gramsci (1891-1937), mas também de Lucien Goldmann (1913-1970), convocadas para a sua perspetiva hermenêutica concreta, assistimos, por exemplo, às considerações que o historiador aponta em *O erasmismo e a inquisição em Portugal processo de Frei Valentim da Luz* (1975). Aí se postula que o

Desfasamento das estruturas, isto é, das situações objetivas e subjetivas ligadas à formação social, impunha um desfasamento das respostas viáveis na crise portuguesa quando comparada com a das nações europeias evoluídas. A consciência possível do nosso povo, sem excluir a burguesia-numericamente diminuta e politicamente inconsistente-e as camadas culturalmente desenvolvidas da nobreza e do clero, sofria a limitação drástica dos anacronismos e rudimentarismos que pesavam sobre a sua consciência real” (DIAS, 1975, p.14-15).

O interesse de Silva Dias, quer no que respeita às coordenadas filosóficas em que se move, quer relativamente às expressões polissêmicas da história das ideias serão, entretanto, objeto continuado de intervenção através de várias recensões ou notas de leitura, entre 1982 e 1984, na revista *Cultura-História e Filosofia* (entretanto, continuada como *CULTURA-Revista de História e Teoria das Ideias*), que fundou. Nessas notas de leitura, muito desenvolvidas, confrontando os conteúdos dos autores que são objeto de apreciação, entre eles Jürgen Habermas, verifica-se um investimento epistemológico relevante para o campo da história das ideias numa perspetiva globalizante, interdisciplinar e transdisciplinar (MOREIRA, 2017) e de uma antevista *historiosofia* (considerou-se como filósofo-historiósofo) (DIAS,1993), afim de uma compreensão da história e do seu acontecer no horizonte de uma *ideosofia* em que, derradeira e convictamente se reveria. Em obra de 1980, de que foi coautora sua mulher Graça Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, a sua perspetiva de historiador de ideias era percebida do seguinte modo:

A focalização da realidade histórica deve ser, quanto a nós, globalizante. A globalização não é, porém, no nosso entender, o

simplismo do compêndio ou da retórica pseudo-científica: é o complexo de interdisciplinaridade [...] A geo-história, a bio-história, a psico-história, a etno-história, a sócio-história, a ecónomo-história, a culturo-história, são dimensões diferenciadas, mas concomitantes e complementares de uma só realidade. Uma realidade com desfasamentos cronológicos de objetivação e com variáveis de hegemonia, mas com uma unidade fenomênica e uma unidade ontológica fundamental (DIAS,1980, p. XVIII).

E em resposta a uma questão que lhe foi colocada, em 1985, posicionava-se dentro de um entendimento cultural e científico como este:

[...] A cultura constitui, desde longe, uma “forma mentis” ou leque de conhecimentos sedimentados no esquema de um saber ingénuo. Nos nossos dias já inclui (conquanto mais em anseio do que em práxis) noções fundamentais dos saberes compreensivo-comunicativos. Caminha para um conhecer crítico, rigoroso e preciso, num espaço-tempo determinado. É neste momento que a cultura ingénuo, ela própria espelho de um realismo ingénuo superado por Kant, se transforma em ciência. Em ciência pelos seus métodos críticos e a concomitante subalternidade da erudição frente a esses métodos, e é-o ainda pela busca do real crítico, arredando não só o real ingénuo, mas também o irreal sofisticado pela fantasia dos historiógrafos alheios aos imperativos da ideosofia (DIAS,1993, p. 244).

O conceito (e o termo) de historiosofia teve uma expressão particular no século XIX, na obra de August von Cierzkowski (1814-1894), *Prolegomena zu Historiosophie (Berlin,1838)*, que terá usado a palavra pela primeira vez e em *Hoëné Wronski (1778-1853)* na acepção de historiosofia como filosofia ou ciência da história. Isaías Berlin utilizou, também, o termo de historiósfofo em *The Conception of Scientific History*. Em Silva Dias, a utilização do conceito (hoje devidamente dicionarizado) inscreve-se, axialmente, como dimensão reflexiva e crítica de fazer história.

À luz do enquadramento que, sinteticamente, acabo de estabelecer importará considerar, em linhas gerais, o percurso historiográfico e historiosófico de Silva Dias.

Em *Portugal e a Cultura Europeia* (1952), obra seminal, assiste-se à problematização, rigorosamente fundamentada, das circunstâncias do distanciamento da realidade portuguesa das grandes correntes de pensamento e vivências da Europa, entre os séculos XVI e XVIII. Em páginas densas, o autor busca explicação, desde logo, para as atitudes lusas face à cisão da Cristandade, bem como para as possibilidades de diálogo frustrado com o erasmismo e o irenismo, temas que viriam a ser retomados em *Correntes de sentimento religioso em Portugal* (1960), obra publicada pela Universidade de Coimbra, instituição onde exercia atividade docente desde 1958.

Na argumentação que caracteriza a sua meticulosa análise histórica de *Portugal e a Cultura Europeia* avultam as expressões humanistas. Nas aulas do Colégio das Artes, em Coimbra, houve um anúncio promissor de tal estado de espírito antes da reação subsequente contra o espírito da Renascença e da Reforma e da impossibilidade de vir a conciliar Renascença e Contrarreforma. Atento às lacunas da cultura seiscentista em que não se pode desmerecer a valia de alguns dos filósofos e teólogos da Companhia de Jesus, deparamos, na análise de Silva Dias, com as vicissitudes que virão a surgir no barroco filosófico peninsular, que o autor entendia como reação contra o cosmopolitismo inicial da Renascença.

Entretanto, com a restauração da independência do Reino, em 1640, para Silva Dias, na verdade “os portugueses tiveram então uma bela oportunidade para descobrirem o novo pensamento universal, quer viajando por terras estranhas, quer ouvindo ”na pequena casa lusitana” os

peregrinos de outra origem” (DIAS, 1952, p. 300). A transição de Seiscentos para Setecentos poderia ensejar o surgimento de tendências modernizantes em projeção localizada do debate mais universal entre Antigos e Modernos, fonte da crise de consciência europeia daqueles tempos. Todavia, sobre as condições resgatadoras do ensimesmamento seiscentista, Silva Dias é muito claro: “A renovação da cultura nacional deve-se quase exclusivamente à influência dos *estrangeiros* e *estrangeirados*. A primeira metade do século XVIII foi teatro de uma luta intensa entre o elemento cosmopolita e o elemento sedentário da nação” (DIAS, 1952, p.320).

Neste universo tensional das Luzes (de feição eclética como defenderá) que se refletem em Portugal, surgem várias expressões em confronto. Por um lado, os conflitos ocorridos entre Jesuítas e Oratorianos, por outro, o impacto do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Vernei e a importantes polémicas conexas. Quanto à questão suscitada pelas páginas verneianas Silva Dias não hesitaria em afirmar que a polémica do *Verdadeiro Método* representava o *colófon* cultural do Barroco no nosso país, do mesmo modo que o duelo Pombal-Jesuítas viria a ser o seu epílogo na ordem política (DIAS, 1951).

No que diz respeito ao pombalismo, nas vertentes políticas, culturais e econômicas Silva Dias dedicaria, mais tarde, investigação inovadora como terei ocasião de referir mais à frente. Entretanto, sobre os problemas levantados ao longo do seu estudo sobre a cultura europeia moderna importará recordar que, em 1971, Silva Dias teria oportunidade de fazer uma releitura do seu labor de investigação dado a lume, em 1952, acentuando o carácter eclético da Ilustração em Portugal numa conferência que proferiu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Sem nunca perder de vista o horizonte de realização ilustrada, o balanço final era, em todo o caso, pouco otimista. Não obstante o esforço de reconciliação entre o progresso científico e a dogmática católica e das atitudes Antigos *versus* Modernos não teria sido atingida a dialética radical da Ilustração com origens no humanismo seiscentista:

No fundo da controvérsia que dividiu os seiscentistas e os renovadores, avultava, claramente, o imobilismo da escolástica diante das novas linhas da filosofia e das conquistas da ciência. Os ecléticos inseriram-se entre os dois polos, procurando uma integração do conhecimento humano que reconciliasse o progresso científico com a dogmática católica. Pretenderam superar a tese dominante nos círculos enfeudados aos Conimbricenses, que identificava a filosofia com a escolástica barroca e condenava, em nome da religião, o saber que se desviava dessa filosofia. Equivocaram-se, no entanto, ao julgarem de superfície, isto é, de simples processos e conteúdos positivos, o movimento que partindo dos humanistas dos séculos XV e XVI, e depois filósofos e cientistas do século XVII, veio a desembocar no “filosofismo” do século XVIII (DIAS, 1972, p.21-22).

A leitura das Luzes, da Ilustração ou do Iluminismo, na perspectiva do ecletismo axial defendido por Silva Dias viria a ser, mais tarde, secundado, embora com argumentação algo diferenciada, por António Braz Teixeira em estudo intitulado *Iluminismo Luso-Brasileiro?* (TEIXEIRA, 2009).

Um problema fundamental da perspectiva de Silva Dias, na estruturação de uma identidade mental portuguesa, reside, ainda, na dinâmica de aproximação *versus* distanciamento da realidade cultural e vivencial europeia de que o texto da *Biblos*, de 1952, é a referência inicial. A questão seria aprofundada em três obras fundamentais publicadas nas décadas de 60 e 70: *Correntes de Sentimento Religioso* (1960), *A Política Cultural de D. João III* (1969) e *Os Descobrimientos e a problemática cultural do século XVI* (1973). A esta trilogia importará, igualmente, tomar em consideração *Camões no Portugal de Quinhentos* em que o historiólogo, através de rigorosa análise sobre as tendências ideológicas em presença, a cultura e posicionamento do épico, vem a integrá-lo no Portugal de dominância ideológica sebástica, em crescendo desde os anos 40 de Quinhentos.

Sobre *As Correntes de Sentimento Religioso em Portugal* pretendia Silva Dias uma aproximação a uma *História do Sentimento Religioso em Portugal* não deixando de vincar que se tratava de um livro “escrito a partir quase do nada, tendo de jogar a cada momento com conceitos científicos ainda em evolução no mundo, sem se poder apoiar em sínteses doutrinárias preexistentes a interpretação dos dados colhidos em pesquisas fatigantes” (DIAS, 1960, p. IX). A obra que pretendia abarcar os séculos XVI, XVII e XVIII ficou cingida à época de Quinhentos, embora estivesse nas suas intenções a continuação da investigação sobre o tema. *As Correntes*, na subtil perspectiva de Maria Ivone Ornellas de Andrade, constituiriam como que a vertente religiosa de uma trilogia constitutiva de um *corpus* quinhentista em que se deveria incluir *A Política Cultural de D. João III* e *Os Descobrimentos e a Problemática cultural do século XVI* (ANDRADE, 1987).

Na novadora abordagem da conjuntura ideológica do século XVI, Silva Dias apresenta nas *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal* a dinâmica do Humanismo no plano intelectual a par da Pré-Reforma como atitude vital daquele tempo. Tratava-se de ensejar um acrisolamento espiritual que ultrapassava, todavia, as condicionantes puramente eclesiais. No âmbito almejadamente reformador, no entrecruzar de Humanismo e Religião, Erasmo e o erasmismo ganham, então, uma dimensão que terá as maiores consequências sendo certo que o centro de gravidade do ideal humanista se desloca subseqüentemente para o plano do religioso. O irenismo presente nas motivações de reforma católica e o luteranismo, enquanto “pietismo meio humanista”, representavam, por seu turno, forças incontornáveis na complexa crise de consciência europeia dos séculos XV e XVI. O que estava em causa era, fundamentalmente, uma crise religiosa a que Portugal, obviamente, não ficaria imune. No afã reformista da vida diocesana, que se projeta na reforma congreganista, Silva Dias dá-nos a conhecer, entre outras incidências, o modo como se receberam e processaram as influências renovadoras em terras lusas no sentido de uma entrevista restauração católica que, por fim, se resolveria na Contrarreforma tridentina mesmo que não tão reacionária nem tão isenta de fatores irenistas como se tem dito. Haveria naquela, em todo caso, elementos de modernidade que seria injusto desconhecer. Para Silva Dias a Contrarreforma:

Assimilou, até certo ponto, senão as ideias, as aspirações e angústias do pensamento contemporâneo. E o esforço que desenvolveu para ajustar a vivência religiosa às circunstâncias do tempo, teve um reflexo considerável sobre a evolução do sentimento cristão no nosso país (DIAS, 1960, p. 457).

Quanto à volumosa obra *A Política Cultural de D. João III*, dissertação destinada às provas para Professor Agregado na Universidade de Coimbra, deparamos com extensa informação que dá suporte ao estudo de influências, opções e projetos na transição do Humanismo para a Reforma Católica tema que, como se viu, fora antes abordado na parte inicial de *Portugal e a Cultura Europeia*. Mas agora, com maior aprofundamento e investigação documental, tendo como palco o longo reinado de D. João III, Silva Dias estuda as origens do Renascimento, a oposição à Escolástica e o renovo classicista e humanista em que o signo erasmista marca presença antes de ser sacrificado no embate Reforma/ Contrarreforma. Em parte, os contornos do problema tinham já sido objeto de consideração nas *Correntes*. Mas, com mais incidência no plano político cultural, Silva Dias perscruta, no entretempo, os desígnios iniciais joaninos que virão a ser sacrificados surgindo uma nova feição regalista e integrista em que emerge, também, o problema do judeu num contexto de crise social e econômica grave e de opção político ideológica incontornável. Entre outros aspetos, Silva Dias chamaria a atenção para a vigilância exercida sobre o cristão-novo e o atuante aparelho de controle que foi a Inquisição no sentido de um integracionismo forçado.

Entretanto, com os *Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Silva Dias começa por destacar a explosão de vida que a circunstância das descobertas *versus* humanismo constitui. A falta de incorporação do saber experiencial decorrente dos descobrimentos esteve longe de ensejar teorização fecunda ou de se incorporar como saber de Universidade. Aquilo a

que se assistiu foi, muito pelo contrário, a prevalência ideológica da ideia de cruzada a sobrepor-se ao que bem poderia ter sido o estabelecimento de cultura científica de sentido moderno. O saldo desse desatendimento redundaria, irremediavelmente, na ausência de reflexos da experiência dos descobrimentos no saber institucionalizado tendo como contraponto a persistência do paradigma escolástico em que a vigência da ciência moderna peca por ausente nos pressupostos especulativos essenciais. O tema de tal distanciamento que mereceu, igualmente, particular atenção em *Camões no Portugal de Quinhentos*, antes referido, viria a ser objeto de uma análise particularmente bem documentada no estudo sobre *O Cãnone Filosófico Conimbricense* (1985):

Distanciando-se do que, em estado embrionário, já lateja na física nova e virá a triunfar com a física clássica, não se presente ainda, nos filósofos loilistas a busca ou, no mínimo, a expectativa de uma física matemática. Continuam a ver na quantidade e na qualidade categorias irreduzíveis, nem sequer acenando por isso à aplicação de grelhas numéricas á segunda dessas categorias. As relações [categoriais] entre causa e efeito não são por isso estudadas nos *Commentarii Collegii Conimbricensis* em termos matemáticos, mas em termos de princípios” (DIAS,1985, p.114).

Para Silva Dias, os obstáculos de abertura a um entendimento mais consoante com a marcha do pensamento europeu mereceram-lhe uma reflexão teórica profunda que decorre dos resultados de análises como as que acabamos de sintetizar. Para tanto, tomou como referência as explicações da marginalização de Portugal face à cultura europeia, tal como Teófilo Braga ou Hernani Cidade as tinham problematizado e que foi aceite por muitos. Todavia, ao contrário da explicação de um obstáculo político associado a um obstáculo religioso defendido por aqueles autores (que Silva Dias, de certo modo, também tinha seguido em *Portugal e a Cultura Europeia* e mesmo em *A Política Cultural de D. João III*) a partir dos *Descobrimentos* o historiador-filósofo dá-se conta de obstáculo mais fundo. Os obstáculos político e religioso constituiriam, tão só, aspetos parcelares de uma resistência mais profunda que denominará *obstáculo epistemológico*. O que se estava a passar na Europa transpirenaica, em termos de *forma mentis*, constituía um salto qualitativo que punha em causa verdades eternas como a imobilidade da terra, a finitude geográfica, a identificação do mundo das aparências com o da realidade, a substituição da filosofia do senso comum por perspectivas racionais como a cartesiana entre outras incidências supurantes. Ora tais mudanças radicais de intelecção e comunicação de saber tardariam a chegar a Portugal antes dos anos quarenta do século XVIII que, na sua perspectiva, só com a reforma pombalina viriam a ser parcialmente atendidas desmoronando-se o paradigma da explicação teológica e peripatético-escolástica:

Este desmoronamento não foi posto em causa pela própria Inquisição ou depois (1768) pela Real Mesa Censória. Teve decisivas confirmações na expulsão dos jesuítas e na secularização do ensino preparatório. A reforma da universidade (1772) foi a consagração da nova cultura europeia em Portugal. Nem a Viradeira a fez voltar atrás (DIAS,1993, p.87).

Entretanto, em 1986, Silva Dias publica *Pombalismo e Teoria Política*. Esse robusto texto de setenta páginas constituía parte das lições de Cultura Portuguesa proferidas no início do novo ciclo lisbonense do Mestre, em 1979, na Universidade Nova de Lisboa, depois do longo magistério em Coimbra, onde deixara criado, quer o *Instituto de História e Teoria das Ideias*, quer a *Revista de História das Ideias* e um grupo de docentes e investigadores que continuariam o seu projeto. Em Lisboa veio a fundar, em 1982, o *Centro de História da Cultura* a revista *Cultura-História e Filosofia*.

A obra *Pombalismo e Teoria Política* iniciava uma pesquisa nunca realizada no contexto dos estudos sobre a matéria e julgo mesmo que não foi superada até hoje. Aliás, o estudo era apenas

o pródromo de um outro intitulado *Pombalismo e Projecto Político*, também publicado em *Cultura-Filosofia e História*, em 1984, a que se seguiriam *Pombalismo e política ultramarina*, *Pombalismo e política económica* e *Pombalismo e Política cultural* que ficaram inéditos.

Em *Pombalismo e Teoria Política* que mereceria da minha parte, certamente, uma atenção que não é comportável para os fins da presente comunicação, deparamos com minuciosa fundamentação teológica e histórico-jurídica da monarquia pura, o impacto febronista em Portugal, a origem divina imediata do poder régio e as expressões de jusnaturalismo avocado quer antes, quer depois da vigência absolutista josefina. Atento às formulações de António Pereira Figueiredo, da *Dedução Cronológica e Analítica*, e do “primeiro” Ribeiro dos Santos. Silva Dias, não deixou de dedicar, neste contexto, quer uma aprofundada e inovadora análise do *Tratado de Direito Natural*, de Tomás António de Gonzaga (1778); quer a herança do jusnaturalismo setecentista em Portugal na sequência da adoção pombalina das *De Lege Naturali Positiones* e das *Positiones de Jure Civitatis*, do autor austríaco de origem italiana, Karl von Martini (1726-1800), na reforma de 1772.

Pombalismo e Projeto Político é um trabalho mais extenso que o anterior, onde, uma vez mais, nos deparamos com a dimensão heurística mobilizada para uma hermenêutica, em que avulta a reflexão sobre a teoria e a prática política e a dimensão crítica que a historiografia exige:

A prática política não é um produto mecânico da teoria política. Supõe-na, com formulação explícita ou em estado meramente implícito, reflete-a, com mais ou menos entorses, com mais ou menos desvios; mas obriga-a, também, a correções centrais ou periféricas e ajusta-a ao particular das conjunturas ou dos momentos. É por isso que estudar a teoria política de uma corrente, de um governo ou de uma época não equivale a conhecer a respetiva prática política, e vice-versa. As contradições, as indefinições, as perplexidades, os contágios, são inseparáveis da teoria política, mas são-no, não menos, da prática política e das relações entre uma outra. O linear não existe no real da história” e mais à frente: “A História não é um amontoado de pensares, de aconteceres, de agires. É também, e talvez acima de tudo, algo que os impele, ao repele ou transcende. A articulação do suporte factológico com o suporte epistémico constitui o único acesso ao conhecimento e teorização do real histórico” (DIAS, 1984, p.1).

Este estudo pretendia, também, por em tela de juízo interpretações mais afastadas (ou suas contemporâneas) que, com raríssimas exceções, negavam a existência, na mente de Carvalho e Melo, de um projeto político. Para defesa da sua tese que visava sustentar que havia, de fato, um “projeto político operacional”, Silva Dias virá a carrear nas mais de 250 páginas do seu trabalho (em texto e notas), material proveniente da Coleção Pombalina e vária correspondência (DIAS, 1984).

As tensões de natureza política e cultural, emergentes nos fins do século XVIII e princípios de Oitocentos foram, igualmente, objeto de estudo através da obra em dois volumes e quatro tomos *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal* publicados, em 1980, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, com a colaboração de sua mulher Graça da Silva Dias. O projeto de estudo em causa vinha de longe, mais concretamente, da vontade de publicar os processos inquisitoriais de John Coustos, Alexandre Jacques Mouton e Jean Thomas Bruslé.

O propósito dos autores, que não eram mações, estava balizado, à partida, por um modelo inspirador que não tinha como objetivo essencial o estudo *tout court* da associação secreta, num dado momento de afirmação em Portugal. Compreende-se, portanto, a advertência

preliminar de não querer seguir, por exemplo, a opção metodológica nem de Ferrer Benimeli, nem de Pierre Chevalier. Os autores afirmavam, ainda, que estavam convictos de que

A obra - à parte os seus méritos (se quiserem os seus deméritos) ao nível da metodologia – revela um conjunto de fontes e de fatos, empreende uma sistematização de ideias e de dados, correlaciona o maçônico e o profano, o maçônico e o cultural, o político e o social, como antes se não praticara. Lança uma luz sobre a época, que renova a sua leitura e as bases documentais ou discursivas em que essa se apoia (DIAS, 1980, p.XIX).

A metodologia utilizada permitiria, sem dúvida, a elucidação sobre o entrecruzar da atividade maçônica com personagens, movimentos e o próprio Poder. Não foi por acaso que muitos trabalhos que vieram a ser produzidos por jovens investigadores oriundos do Mestrado de História da Cultura Portuguesa (e não só) encontraram na obra muita informação sobre a realidade portuguesa, no período que antecede o vintismo e sobre as circunstâncias portuguesas subsequentes que antecederam o desembarque dos liberais no Mindelo, em 1832. Esta extensa e incontornável obra de José Sebastião da Silva Dias e de sua mulher, enquanto análise objetiva que nunca se desvia da investigação autorizada em fatos, nem por isso deixou de ser recebida com algumas reservas. Obra globalizante, de sentido pluridisciplinar, como já tive oportunidade de salientar, continua a ser um estudo fundamental que nos abre a uma época de tensões e desígnios de variada ordem muito para além da abordagem política e cultural da ordem iniciática.

3. Considerações finais

Encaminhando-me para o termo dessa minha breve abordagem sobre a obra de um mestre de saber e de vida que um dia afirmou que “tudo o que é inteligente e próprio vale a pena, mesmo o inoportuno, mesmo a antecipado” (DIAS, 1972, p.8) quero, ainda, fazer menção de um texto fundamental sobre a realidade vintista.

Silva Dias apresentaria num Colóquio organizado em 1981, pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), uma comunicação, não muito extensa, mas significativamente fecunda de problematização: *A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes*.

No estudo se contestaria, de modo muito explícito, que o pronunciamento português e tudo o que se lhe seguiu fossem uma revolução da burguesia. Silva Dias pretendia chamar a atenção para a multiplicidade de classes sociais que se manifestaram, além de tudo mais, quando a palavra “liberalismo” já não era sequer conceito unívoco. As esperanças ou as crenças no apoio de uma burguesia minoritária esbarraram, como logo se provou, frente a uma forte contrarrevolução. A geração emigrada de Ferreira Borges, de Silva Carvalho, de muitos outros; compreendeu bem a situação e a necessidade de um compromisso histórico sendo a oposição de muitos deles ao setembrismo uma prova cabal disso mesmo. Mas de pensar um compromisso a realizá-lo sempre vai a sua distância. Em todo o caso, “a Carta Constitucional viria ajudar a integrar não só a burguesia e a aristocracia ligada ao Poder mas, igualmente, a média burguesia, largas franjas da fidalguia provinciana, e a grande massa do clero secular” (DIAS, 1982, p.24). Assim, Silva Dias seria perentório em concluir que “ao contrário do que certos paradigmas dos nossos dias poderiam fazer supor, a passagem do Antigo Regime para o Regime Constitucional não se deu na terra lusa por substituição de classes mas por amálgama de classes” (DIAS, 1982, p.24) ou em enquadramento mais vasto:

Fortuna, educação, convivialidade, ação política, nobilitação e miscigenação – eis as confluências por onde o amálgama de classes transitou e através das quais se obteve um corpo de elites

de poder e de bases de apoio, a que em grande parte se devem o programa e os anos pacíficos da Regeneração. Eis ainda porque teses como a da burguesia conquistadora, de Charles Morazé não tem aplicação à realidade lusitana antes dos fins do século XIX, princípios do século XX (DIAS, 1982, p. 24).

Referências

Andrade, Maria Ivone Ornellas de (1987). José Sebastião da Silva Dias-História da Cultura e Cultura da História: **Cultura-História e Filosofia**. vol.VI (pp.627-659).

Dias, José Sebastião da Silva (1952), **Portugal e a Cultura Europeia**. Coimbra, Universidade de Coimbra.

_____ (1943) **Escândalo da Verdade**. Leiria, Edições Juventude.

_____ (1945) **O Problema da Europa**. Lisboa, Edições Gama.

_____ (1960) **Correntes de Sentimento Religioso (Séculos XVI a XVIII)**. Coimbra, Universidade de Coimbra.

_____ (1972) **O ecletismo em Portugal no século XVIII**. Coimbra, Universidade de Coimbra.

_____ (1980) **Os Primórdios da Maçonaria em Portugal**. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/INIC, Vol. I, Tomo I.

_____ (1981) **Camões no Portugal de Quinhentos**. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ICALP.

_____ (1982) “A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes”, **O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX**. Lisboa, Sá da Costa Editora, vol.

_____ (1984) **Pombalismo e Projeto Político**. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica /INIC.

_____ (1987) “Cultura e obstáculo epistemológico. Do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”, **A abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimientos Portugueses**. vol., Editorial Presença, vol. I.

_____ (1993) “Questões sobre a cultura portuguesa”, **A Cultura em Portugal: História e Teoria**. Évora, Universidade de Évora, pp.241-257.

MOREIRA, Nuno Bessa, “A história das ideias como vocação transdisciplinar em José Sebastião da Silva Dias e José Esteves Pereira”, **Intellectus**. Ano XVI, nº2, 2017 (ISSN 1676-7640), p.133-155.

[file:///C:/Users/Jos%C3%A9/Downloads/31655-105113-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Jos%C3%A9/Downloads/31655-105113-1-PB%20(2).pdf)

TEIXEIRA, António Braz, (2009), “Iluminismo luso-brasileiro?”. **A experiência reflexiva- Estudos sobre o pensamento luso-brasileiro**. Lisboa, Zéfiro.

Bibliografia de enquadramento da obra de José Sebastião da Silva Dias

ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de, *José Sebastião da Silva Dias-História da Cultura e Cultura da História*, in **Cultura-História e Filosofia**. vol. VI, Lisboa, INIC, 1987, p. 627-659 (sep.14 p.). É um estudo crítico pioneiro sobre os pressupostos teóricos e o itinerário mental de Silva Dias resultante da própria convivência intelectual com o historiador e pensador.

AZENHA, Maria do Rosário, *Subsídios para uma bibliografia de J.S. da Silva Dias*, in **Revista de História das Ideias**. Coimbra, vol. IX, pp.11-23. Repositório bibliográfico exaustivo da obra de Silva Dias, até 1984, da autoria de uma colaboradora do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ABREU, Alberto Antunes de, “José Sebastião da Silva Dias e *O Problema da Europa*”, in **Ensaio X (“Anamnese e Prospectiva”)**. Viana do Castelo, Caixa do Crédito Agrícola; 2016, pp. 251-281). Estudo sobre a obra *O Problema da Europa*, a sua posição dentro das opções europeístas e o envolvimento polémico com Abel Salazar, autor de *A crise da Europa* (1942).

RODRIGUES, Manuel Augusto, Introdução à reedição de **Portugal e a Cultura Europeia**. Campo das Letras, em 2006. Manuel Augusto Rodrigues que foi o responsável pela coordenação da obra reeditada, forneceu dados biográficos relevantes incluindo também uma curta nota biográfica de Graça Silva Dias (pp. 7-49).

DIAS, José Sebastião da Silva, **A Cultura em Portugal: História e Filosofia (Textos de apoio às disciplinas de História Cultural e das Mentalidades Moderna Contemporânea)**. Évora, 1993. Esta obra editada um ano antes do falecimento do Prof. Silva Dias é uma publicação policopiada, editada pelo Departamento de História da Universidade de Évora para uso dos alunos, com um pequeno estudo introdutório de Zília Osório de Castro intitulado **Pensar-Fazer História**. A intenção dos organizadores do livro no sentido de selecionar conceitos operacionais da obra de Silva Dias e temas mais relevantes da sua obra torna muito útil esta coletânea embora de circulação restrita.

TORGAL, Luís Reis, **Acerca de Silva Dias no seu centenário. Evocação em jeito de História e de Memória**. Revista de História das Ideias, vol.34,2ª série (2016), p.57- 85. (https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_3).

Abstract:

José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) was an active catholic intellectual in the 40ies, and ideologically connected to Integralismo Lusitano and a Christian humanista position where Maritain, Mounier and Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) are some of the main references. From 1948 Silva Dias will develop a major historiographic work in which Dilthey and above all Rickert are authors of reference. In the decade of 60 the historian will pay attention to Gramsci, Luckacs and The Frankfurt School as suggestions for understanding the history. In the context of extensive and innovative historiographic work the global understanding, inter and transdisciplinary mood is present on a horizon that will come to define himself as historiosopher and is presente in works such as *Portugal e a Cultura Europeia* (1952), *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal* (1960), *A Política Cultural de D. João III* (1969), *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI* (1973), *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal* (1980) (1982) e *Pombalismo e Projeto Político* (1984) among other titles.

Key Words: Silva Dias; Catholic Thought, History of Culture; History of Ideas; Historiosophy.